

EXPIAÇÃO E INTERCESSÃO DE CRISTO: Uma análise exegética de 1 João 2.1-2 e suas implicações teológicas

*Jaison Francisco Da Silva Oliveira*¹

RESUMO

A primeira carta de João é um escrito apologético, doutrinário e pastoral que expõe enfaticamente a obra de Cristo como única forma de obtermos o perdão de nossos pecados. A centralidade da doutrina da expiação e intercessão de Cristo expressa nessa carta, apresenta como o conhecimento do sacrifício expiatório é de suma importância para uma compreensão correta sobre Jesus e a vida cristã. Não associar a obra vicária de Jesus à espiritualidade cristã gera uma adoração deformada por parte da igreja. A igreja precisa estar ciente do preço pago pela sua redenção e como este tema está relacionado ao âmago da fé cristã. Quando a comunidade da fé compreende a ação de Deus por meio de seu único Filho para perdão dos pecados, o povo de Deus amadurece espiritualmente. Este artigo visa, mediante uma exegese e pesquisa bibliográfica, expor a importância doutrinária do ensino da propiciação e intercessão de Cristo na primeira epístola de João, ao interpretar o texto de 1 Jo 2.1-2, considerando o pensamento de estudiosos da Bíblia, como Anthony Hoekema, Simon J. Kistemaker, Gerard Van Groningen, entre outros. Dado o exposto, o presente estudo pretende demonstrar que o cristianismo está alicerçado no sacrifício de Cristo e que uma igreja que não reconhece os méritos de Jesus como o seu firme fundamento para com Deus tende a contrariar as Sagradas Escrituras.

¹ Pastor auxiliar na Primeira Igreja Batista de Codó, bacharel em teologia pela FATIN, Pós-graduado em Teologia do Novo Testamento aplicada (FABAPAR) e Mestrando em Teologia (FABAPAR).

PALAVRAS-CHAVES: Teologia joanina, Obra vicária, Cristologia.

ABSTRACT

The First letter of John is a apologetical, doctrinaire and pastoral written that emphatically show the work of Christ as only form of get the clemency of our sins. The doctrine's centrality of expiation and intercession in this letter announce as knowledge of expiatory sacrifice of Christ is necessary to understand correctly Jesus and christian life. When we don't connect the vicarious work of Jesus with the christian life it generate a misshapen worship for part of Church. The church needs to be conscious of price that was paid for its redemption and as this theme is related with the center of christian Faith. When the community of Faith understand the action of God through of only him Son to forgiveness of sins of church, the God's people grow up spiritually. This article intends through of a exegetical work and bibliography search to show importance doctrinally of propitiation in First epistle of John, interpreting 1^a Jo 2.1-2 and considering the thought of renowned studios of Bible as Anthony Hoekema, Simon J. Kistemaker, Gerard Van Groningen to demonstrate that the Christianity is based in sacrifice of Christ and that only through of the Jesus's merits, we can to be freed of wrath divine and to have peace with God.

KEYS-WORDS: theology of John, vicarious works, christology.

INTRODUÇÃO

A primeira carta de João é um dos tesouros literários do Novo Testamento que informa sobre o contexto desafiador que a igreja enfrentava no século I. No início do cristianismo, a comunidade da fé era confrontada por mestres heréticos que fundamentados em vãs filosofias defendiam uma visão contrária à doutrina apostólica de

Cristo. Tais mestres eram uma ameaça e poderiam levar os cristãos à compreensão deturpada da pessoa de Jesus redundando no abandono da fé. No entanto, João exercendo a sua função pastoral opõe-se aos hereges e ensina a cristologia que havia aprendido aos pés do próprio Cristo e que identifica um servo do Senhor Jesus.

A carta em estudo possui uma teologia totalmente centrada em Cristo. Diante da ameaça da falsa doutrina, os cristãos primitivos são exortados a repudiar os falsos profetas gnósticos, aceitarem o verdadeiro ensino propagado pelo corpo apostólico e desenvolverem uma genuína espiritualidade de um discípulo do Reino.

Ter uma concepção bíblica sobre a pessoa de Cristo é fundamental para a comunidade da fé que tem em Jesus a expressão máxima do amor de Deus. Qualquer igreja local que se intitula cristã deve louvar e reconhecer o sacrifício e intercessão do Filho de Deus como os elementos constituintes do relacionamento filial com o Criador. É necessário que cada cristão compreenda os méritos de Cristo Jesus e que não se deixe enganar pelos falsos mestres que estão destituídos da cristologia bíblica.

Diante disso, o intuito deste trabalho é refletir sobre a cristologia joanina na primeira epístola de João, expondo a visão apostólica a respeito da intercessão e a propiciação de Jesus em 1 João 2.1-2, considerando as palavras que foram empregadas pelo apóstolo para discipular os cristãos sobre os ofícios e obra de Cristo. Abordar-

se-á por meio da exegese os principais tópicos teológicos contidos na passagem analisada, apresentando a sua significação e como os conceitos em destaque se relacionam com outras áreas da teologia. Será levado em consideração nesse estudo o pensamento de célebres estudiosos da Bíblia, como Anthony Hokoema, Simon J. Kistemaker, Louis Berkhof, entre outros.

O estudo da primeira epístola de João é de suma importância para uma reflexão cristológica, pois sua mensagem evidencia claramente a grandeza da pessoa e dos méritos de Cristo. O referido trabalho constitui uma simples apresentação acerca da cristologia joanina que não visa esgotar a temática em questão.

1 Análise Exegética de 1João 2.1-2

1.1. Vs. 1 – “Meus filhinhos, estas coisas vos escrevo, para que não pequeis; e, se alguém pecar, temos um Advogado para com o Pai, Jesus Cristo, o justo”²

Nesta perícopé, o evangelista intitula os seus destinatários de **Τεκνια** (filhinhos) seguido pelo pronome genitivo **μου** (meus). A designação “filhinhos” é algo comum ao longo deste escrito (1 Jo 2.1; 3.7; 4.4; 5.21). “[E] sugere tanto a idade avançada do autor como o

² A versão bíblica utilizada nessa pesquisa será ACF (Almeida corrigida fiel) salvo em algumas exceções que serão esclarecidas com siglas ao lado das referidas citações.

terno e afetuoso relacionamento que havia entre ele e seus leitores”³, além de indicar a filiação divina dos receptores da carta. **Τεκνία** é o substantivo vocativo neutro, plural de **τεκνιον**. Este termo indica “a criança ou adulto em relação aos pais ou metaforicamente, aos mestres”⁴.

João declara “estas coisas vos escrevo”. Nesta epístola, o apóstolo usa frequentemente esta expressão, empregando-a treze vezes, expondo assim os motivos pelos quais está escrevendo aos seus endereçados. A finalidade prática nesta ocasião é encorajar os cristãos a manterem-se distantes do pecado. O evangelista declara: “**ἵνα μη αμαρτητε**” (para que não pequeis). Tal afirmativa é melhor compreendida a luz dos versículos anteriores, os quais dizem:

Se dissermos que não temos pecado, enganamo-nos a nós mesmos, e não há verdade em nós. Se confessarmos os nossos pecados, ele é fiel e justo para nos perdoar os pecados, e nos purificar de toda a injustiça. Se dissermos que não pecamos, fazemo-lo mentiroso, e a sua palavra não está em nós (1 Jo 1.8-10).

A passagem supracitada aborda tanto a pecaminosidade humana quanto a graça de Deus ao ser fiel e justo para com o pecador confesso. O amor divino é revelado na promessa de perdão baseado no sacrifício do Seu Filho unigênito. O desejo de João é que os seus leitores continuassem firmes na fé e distantes do pecado. O verbo **αμαρτητε**

³ STOTT, John R. W. *1,2, e 3 João: introdução e comentário*. São Paulo: Vida Nova, p. 69.

⁴ TAYLOR, William Carey. *Dicionário do novo testamento grego*. Rio de Janeiro: JUERP, 1991, p. 220.

(pequeis) está no subjuntivo, aoristo, transmitindo a ideia de uma ação concluída no passado com um teor de dúvida. Eles não viviam na prática do pecado, porém o autor adverte-os quanto a possibilidade de praticarem algo ofensivo contra Deus. O anseio do apóstolo é que os cristãos continuem desejando uma vida íntegra diante do Senhor. Apesar disso, o evangelista não advoga um perfeccionismo cristão, pois está consciente da fragilidade humana, apresentando assim um consolo no caso de um erro na fé. Ele diz: “se alguém pecar, temos um Advogado para com o Pai, Jesus Cristo, o justo”. O conforto encontra-se no fato de que “a defesa que Jesus apresenta em nosso favor à destra de Deus não é fazendo uma apologia dos nossos méritos pessoais, mas da virtude e eficácia de seu sacrifício em nosso favor”⁵.

O vocábulo **παρακλητον** é o acusativo, masculino de **παρακλητος** (Advogado). O termo significa ajudador, advogado, intercessor. Nos escritos rabínicos esta palavra podia sugerir o indivíduo que oferecia um auxílio legal ou aquele que intercedia a favor de outro. Em 1 Jo 2.1, a palavra imprime a ideia de um advogado de defesa num sentido jurídico.

Os termos **παρακλητος** e **παρακλητον** são de grande valor na teologia de João e repetitivas em seus escritos. O primeiro termo pode ser encontrado em Jo 14.26; 15.26 e 16.7 e o segundo em Jo 14.16 e 1

⁵ LOPES, Augustus Nicodemus. *Interpretando o Novo Testamento: Primeira carta de João*. São Paulo: Cultura Cristã, 2004, p. 83.

Jo 2.1. Esta expressão também é traduzida como Consolador. O vocábulo **παρακλητος** é de suma importância no contexto bíblico, possuindo um significado profundo e relevante, como expõe William Barclay:

A palavra *parakletos* [παρακλητος] provém do verbo *parakalein*. Há ocasiões em que o verbo *parakalein* significa consolar. [...] Porém esse não é o sentido mais frequente nem o mais literal da palavra *Parakalein*. O sentido mais comum de *parakalein* é chamar alguém ao lado da gente para que essa pessoa nos sirva de algum modo como ajuda ou conselheiro. [...] [O termo] tem um sentido ativo e vem significar uma pessoa que ajuda, que sustenta, e sobretudo, uma testemunha em favor de alguém, aquele que apoia a causa de alguém, um advogado na defesa de alguém. [...] O *parakletos* tem sido definido como “alguém que presta sua presença a seus amigos”. Mais de uma vez aparece no Novo Testamento esta grande e preciosa concepção de Jesus como o amigo, o advogado e defensor do homem. Numa corte marcial militar o oficial que defende o soldado baixo de uma acusação é chamado o amigo do prisioneiro. Jesus é nosso amigo.

Vale ressaltar os momentos em que **παρακλητος** aparece no quarto Evangelho, este é geralmente traduzido como “consolador” sendo utilizado em referência ao Espírito Santo (Jo 14.26). O mesmo epíteto aplicado tanto a Jesus quanto ao Espírito Santo relembra a Trindade Divina. Esta ideia pode ser apreendida a partir de Jo 14.16: “e eu [Jesus] rogarei ao Pai, e ele vos dará outro Consolador [ἄλλον παρακλητον], para que fique convosco para sempre”.

O caso de Jesus ter dito “ἄλλον παρακλητον” expõe a verdade de que o **παρακλητος** deve ser uma pessoa, assim como Jesus era. Segundo alguns intérpretes, o termo grego traduzido por “outro” é ἄλλον e significa que o Espírito Santo é outro **παρακλητος**, separado e distinto de Cristo, embora da mesma espécie, e não uma forma

distinta e separada de **παρακλητος**. Ele é a continuação do Senhor Jesus entre nós. Ainda mais pelas palavras: “não vos deixarei órfãos; voltarei para vós. Ainda um pouco, e o mundo não me verá mais, mas vós me vereis; porque eu vivo, e vós vivereis” (Jo 14.18-19).

Portanto, deve-se compreender que ambos desenvolvem o ofício de auxiliar o povo de Deus, porém em áreas distintas. O Espírito Santo atua auxiliando os cristãos a dirigirem-se em oração ao Pai (Rm 8.26-27) e a falarem diante dos homens nas situações de dificuldade (Mc 13.11), além de consolar os santos de Deus, dando a cada servo de Cristo o alento diante das labutas da vida. Jesus Cristo hoje exerce seu ministério de **παρακλητος** nos céus, advogando-nos diante do Pai. A cena é semelhante a um tribunal, onde o cristão-pecador é julgado e tem a Jesus Cristo como o seu advogado de defesa, porém atuando de uma maneira diferente dos advogados comuns, como defende James Montgomery Boice:

[...] no uso feito por João da palavra ‘advogado’. Quando o termo é usado no sentido legal nos dias de hoje, normalmente pensamos sobre o trabalho de um advogado ao apresentar todo o caso a respeito do réu; ou seja, ao defender o acusado a respeito dos méritos de seu caso. Em João, a ideia de mérito da causa do acusado é ausente; em vez disso, o mérito vem da parte do advogado. A antiga ideia é ilustrada pelo uso de um termo do antigo tratado rabínico Pirke Aboth: ‘Aquele que segue a lei ganha para si um advogado, e aquele que comete uma transgressão ganha para si um acusador’(4.13). No Novo Testamento, é inteiramente uma questão de graça de Deus⁶.

⁶ BOICE, James Montgomery. *As epístolas de João*. Rio de Janeiro: CPAD, 2011, p. 45.

Todavia, deve-se considerar que o Senhor Jesus só é bem-sucedido em seu papel de **παρακλητος**, porque Ele é “**Ιησουν Χριστον δικαιον**” (Jesus Cristo, o justo). A qualificação de “justo” atribuída a Jesus exprime tanto um título confessional da igreja primitiva quanto um adjetivo que expressa o seu caráter perfeito, santo e puro. O vocábulo **δικαιον** é o acusativo de **δικαιος**, uma expressão utilizada no grego secular para referir-se aos cidadãos-modelo no mundo greco-romano. Alguém que era reto, justo, correto e honesto e que desenvolvia um comportamento íntegro diante da sociedade, cumprindo suas obrigações tanto no âmbito religioso quanto nos relacionamentos pessoais.

No Antigo Testamento, **δικαιος** era o adjetivo que traduzia termos como “**yasar**” (reto, correto, direito, honesto), “**naqî**” (inocente). Na teologia rabínica, o aspecto que definia alguém, um **δικαιος** era a sua conformidade com a Lei. Para eles a Lei era a forma pela qual os homens poderiam adquirir méritos aos olhos de Deus. Deste modo, todo o esforço pela obediência era motivado pelos méritos que qualificavam o indivíduo a participar do Reino de Deus. Era compreendido que no dia do julgamento os méritos seriam contrapostos aos deméritos. Se predominassem os méritos do homem, ele seria considerado um **δικαιος**, caso contrário, seria considerado um malfeitor.

No Novo Testamento, a comunidade da fé associou o termo **δικαιος** a pessoa de Jesus Cristo, entendendo ser Ele realmente possuidor de uma justiça inigualável, titularmente e moralmente. O título Justo é uma designação messiânica originária dos livros do Antigo Testamento, como declara o profeta Isaias: “Ele verá o fruto do trabalho da sua alma, e ficará satisfeito; com o seu conhecimento o meu servo, o justo, justificará a muitos; porque as iniquidades deles levará sobre si” (Is 53.11) e Jeremias “naqueles dias e naquela época farei brotar um Renovo justo da linhagem de Davi; ele fará o que é justo e certo na terra” (Jr 33.15). Posteriormente, os apóstolos Pedro (At 3.14), Paulo (At 22.14), João (1 Jo 2.1) e Estevão (At 7.52) reconheceram este conceito profético veterotestamentário e o conferiram a Jesus Cristo. Eles chamavam a Jesus de “O Justo” em concordância com a proclamação dos profetas supracitados que identificavam o Messias libertador como o Justo Servo de Deus. Portanto, Jesus desfruta de posição para interceder pelos seus junto ao Pai, pois é “o **δικαιος**” (O Justo) de Deus.

A expressão também aponta para Jesus como o Messias de Deus que cumpriu as exigências da lei por nós e por não possuir pecado pode representar seu povo no tribunal de Deus. O adjetivo “**δικαιος**” indica que Jesus possui uma justiça que satisfaz ao próprio Deus. Ele é Justo e não precisa que ninguém faça propiciação pelos seus pecados, porque Ele mesmo não possui pecado algum. Sua vida foi marcada

pela retidão e a sua obediência foi algo decisivo para o seu sacrifício na cruz, pois como Cordeiro de Deus não poderia ter nenhum defeito. Ele é livre de qualquer pecado e por sua justiça pode perdoar o pecador. Porquanto verdadeiramente a sua integridade satisfaz a justiça divina, Jesus é o servo perfeito. Ele defende a causa dos remidos com a sua justiça, obedecendo toda a Lei e por isso pode entrar na presença divina sem obstáculo algum. Sendo assim, o seu apelo como **παρακλητος** possui total garantia de sucesso e haverá de ganhar todas as causas pelas quais vier a representar, uma vez que a Sua intercessão está baseada em sua própria justiça, pois perfeitamente como homem Ele cumpriu toda a Lei.

1.2. Vs. 2 – “E ele é a propiciação pelos nossos pecados, e não somente pelos nossos, mas também pelos de todo o mundo”

João prossegue afirmando “e Ele [Jesus] é a propiciação pelos nossos pecados”. O vocábulo **ἱλασμος** pode ser traduzido como propiciação ou expiação. Sendo uma linguagem cerimonial veterotestamentária do culto judaico antigo, as duas possíveis traduções são conceitos teológicos dos tempos antigos. Propiciação significa apaziguar, aplacar a ira divina, enquanto que expiação denota retirar a culpa causada por um ultraje, reconciliar, fazer as pazes, ou nesse caso, pagar um resgate. Consequentemente, as duas palavras exprimem apaziguar a ira de Deus por meio de um sacrifício,

resultando na reconciliação entre Deus e os homens. O conceito remete-se aos diversos sacrifícios que foram estipulados no Pentateuco como forma de obter o perdão de Deus.

Embora houvesse uma variedade de propósitos dos sacrifícios, o seu intuito máximo era fazer a expiação. A mediação era realizada pelo sacerdote que por meio do sacrifício de múltiplos tipos de animais oferecidos por um adorador, apresentava o animal como substituto, uma oferta que deveria morrer pelos pecados do ofertante de maneira que o sangue derramado propiciaria o pecador, recebendo assim o perdão de Deus, como comenta Gerard Van Groningen:

A expiação era feita pelo sacerdote por meio de sacrifícios específicos [...] O sacerdote como mediador diante de Deus, devia declarar o adorador ‘coberto’. Ele não mais deveria considerar-se exposto à ira de Yahweh sobre o pecado e a culpa. Yahweh aceitaria o substituto; Ele estava aplacado; sua ira contra o pecado fora apaziguada. O adorador pecaminoso era agora um adorador purificado. A paz fora restaurada entre Yahweh e o adorador; a reconciliação era completa. [...] [Sendo assim] a vida tem de ser substituída por vida; quando o adorador hebreu tivesse sua vida comprometida por causa do pecado, essa vida poderia ser restaurada, tornada limpa e íntegra somente por outra vida. A vida removia a morte e suas causas; a vida era um meio para a vida⁷.

Percebe-se à luz do Novo Testamento que o sistema sacrificial veterotestamentário representava um sacrifício imensamente maior. Todos eles eram sombras e símbolos do sacrifício perfeito que seria realizado por Cristo na cruz. Jesus deu a si mesmo como substituto,

⁷ GRONINGEN, Gerard Van. *Revelação messiânica no Antigo Testamento: A origem divina do conceito messiânico e o seu desdobramento progressivo*. São Paulo: Cultura Cristã, 2003, p. 223.

sacrificou-se pelos pecados deles uma vez por todas quando ele se ofereceu, pois “a ira de Deus manifesta-se dos céus sobre toda impiedade e injustiça dos homens pecadores” (Rm 1.18) e tem de ser apaziguada a fim de que o homem possa ser salvo.

Quando a propiciação é realizada, a ira Divina é retirada. Jesus recebeu a ira de Deus no lugar do homem pecador, como era simbolizado no Antigo Testamento. Assim, reconciliou os homens com Deus. O Senhor, motivado por seu imenso amor para com o homem, providenciou o meio pelo qual a sua ira pudesse ser aplacada. Jesus propiciou o homem, por isso Ele pode atuar firmemente como o nosso **παρακλητος** intercedendo pelos seus, porquanto se sacrificou “pelos nossos pecados, e não somente pelos nossos, mas também pelos de todo o mundo”.

A última parte do versículo aborda à extensão da expiação de Cristo. No entanto, “essa declaração de João parece contradizer outros textos bíblicos que declaram que Cristo morreu com o propósito de pagar os pecados somente do seu povo”⁸. Esta é uma discrepância que pode ser resolvida pela averiguação do contexto da carta e com o auxílio da teologia bíblica, pois o apóstolo faz uma distinção entre os “filhos de Deus” e os “Filhos do Diabo” ainda em sua primeira epístola.

Vede quão grande amor nos tem concedido o Pai, que fôssemos chamados **filhos de Deus**. Por isso o mundo não nos conhece; porque não o conhece a ele. [...] Qualquer que é **nascido de Deus** não comete pecado; porque a sua semente permanece nele; e não pode pecar, porque é **nascido de Deus**. Nisto são manifestos **os filhos de Deus**, e **os filhos do diabo**. Qualquer que não pratica a justiça, e não ama a seu irmão, não é de Deus. Qualquer que odeia a seu irmão é homicida. E vós sabeis que nenhum homicida tem a vida eterna permanecendo nele (1 Jo 3.1,9-10,15, grifo nosso).

⁸ LOPES, 2004, p. 48

Sobre a abrangência do sacrifício de Cristo, a Sua morte deve ser entendida como capaz de salvar o mundo todo, entretanto, a redenção possui uma aplicação particular que envolve somente os eleitos de Deus. As Escrituras nomeiam aqueles pelos quais Cristo se entregou de maneira bem distinta. Eles são chamados de “suas ovelhas”, “minhas ovelhas” (Jo 10.11,15,26), “sua igreja” (At 20.28), “seu povo” (Mt 1.21) e “os eleitos” (Rm 8.32-35). Estas indicações exprimem uma limitação quanto à aplicação do seu ato expiatório. Portanto, a passagem referida, expressa o ato de Jesus ter se sacrificado por todos no sentido de homens de diferentes raças, tribos e nações, para a salvação de seu povo, aqueles que o Pai escolheu antes da fundação do mundo, como afirma Duane Edward Spencer:

Cristo não morreu por todos os homens! A expiação é limitada! A redenção é particular! Só a noiva eleita de Cristo (a igreja) é o objeto do Amor de Deus. [...] A todos pelos quais o Senhor morreu são os eleitos que o Pai escolheu e entregou ao Filho, como ‘uma noiva santa e sem defeito’. [...] Não escolhidos porque, mas escolhidos para que pudéssemos ser santos e sem defeito diante de Deus. Fomos predestinados em amor, não porque em algum lugar da Escritura a expressão ‘amados de Deus’ é aplicada a quaisquer outras pessoas, senão os santos. Nunca é aplicada ao ‘mundo’ em geral, de modo a incluir os reprovados. Sobre estes prevalece o ‘juízo de Deus’, ao passo que, para aqueles (os santos) ‘não há condenação’. Só os eleitos são objeto específico do amor de Deus. [...] Os reprovados, os não eleitos, os descrentes não estão incluídos no número daqueles por quem Cristo deu sua vida. Ele morreu só por suas ovelhas. Além do mais, quando ele as chama pelo nome, elas o seguem, mesmo porque o Pai predestinou-as para fazê-lo⁹.

⁹ SPENCER, Duane Edward. *TULIP: Os cinco pontos do calvinismo*. São Paulo: Casa editorial presbiteriana, 1992, p. 47-49.

2. Implicações Teológicas da Cristologia em 1João 2.1-22

O principal objetivo de João constitui ensinar aos seus leitores sobre a pessoa de Jesus Cristo. Para o apóstolo, Jesus é o ponto central de sua teologia, de modo que a cristologia joanina afeta todos os seus ensinamentos. Diante das várias facetas do pensamento joanino, vale ressaltar que tal apresentação cristocêntrica é realizada por meio de títulos cristológicos, expondo uma abordagem sobre a natureza do Redentor, seu caráter, seu sacrifício e a abrangência da sua expiação.

2.1. A intercessão de Jesus Cristo

A expressão “se alguém pecar, temos um Advogado [παρακλητον] para com o Pai, Jesus Cristo, o justo” (1 Jo 2.1) é uma afirmativa consoladora ao cristão que luta contra o pecado. Cristo é nosso advogado diante do Pai atuando como um **παρακλητος**, no tribunal do céu. Esta verdade evidencia a dimensão da obra realizada por Jesus. A Sua obra não está resumida ao seu ministério terreno, mas estende-se ao reino celestial como endossa Louis Berkhof:

A obra sacerdotal de Cristo não se restringe à oferta sacrificial de si mesmo na cruz. Às vezes se declara que, ao passo que Cristo foi sacerdote na terra, é Rei no céu. Isto cria a impressão de que a sua obra sacerdotal está terminada, o que de modo algum é correto. Cristo é um Sumo Sacerdote, não somente terreno, mas também, e especialmente, celestial. [...] Ele só principiou a sua obra sacerdotal na terra, e a está completando no céu. [...] Ele é agora o sacerdote que ocupa o trono, nosso Intercessor junto ao Pai¹⁰.

¹⁰ BERKHOF, Louis. *Teologia Sistemática*. São Paulo: Cultura Cristã, 2009, p. 369

O termo **παρακλητος** é uma das palavras recorrentes dos escritos joaninos. No Evangelho de João, este vocábulo é usado como um título para o Espírito Santo, entretanto, na primeira epístola joanina a expressão indica a pessoa de Jesus Cristo. A palavra **παρακλητος** denota a intercessão de uma pessoa em favor de outra no sentido jurídico de um advogado de defesa. O ensino da intercessão realizada por Cristo nos céus também pode ser encontrado nos escritos paulinos: “quem é que condena? Pois é Cristo quem morreu, ou antes, quem ressuscitou dentre os mortos, o qual está à direita de Deus, e também intercede por nós” (Rm 8.34) e na teologia do autor de Hebreus: “portanto, pode também salvar perfeitamente os que por ele [Jesus] se chegam a Deus, vivendo sempre para interceder por eles” (Hb 7.25). Ou seja, este princípio é uma verdade amplamente expressa pelos autores bíblicos.

Em João 14.16, Jesus prometeu o envio do Espírito Santo afirmando: “E eu rogarei ao Pai, e ele vos dará outro Consolador [**ἄλλον παρακλητον**], para que fique convosco para sempre”, Ele fez a menção de enviar outro **παρακλητος**. “Isto significa que o Paracleto aqui prometido não foi o primeiro Paracleto a aparecer em cena. Pois para que haja ‘outro’ de qualquer coisa, deve haver pelo menos um

igual a ele, que o antecede”¹¹. Deste modo, Jesus é o primeiro **παρακλητος** a andar sobre a terra.

Sem dúvida, por receberem a mesma qualificação, Jesus Cristo e o Espírito Santo desenvolvem o mesmo ofício, no entanto em âmbitos diferentes. Inicialmente o papel de Jesus como **παρακλητος** deu-se no seu ministério terreno quando Ele auxiliou os discípulos, defendendo-os contra o mundo e auxiliando-os com sábios ensinamentos. Todavia, tal função aqui na terra encerrou-se com Sua ascensão aos céus e este posto atualmente é ocupado pelo Espírito Santo, o outro **παρακλητος**. Cristo continua desenvolvendo o seu ofício, porém agora nos céus, intercedendo pelos cristãos junto ao Pai e defendendo-os contra as acusações de Satanás. Ao passo que o Espírito Santo defende as causas de Cristo diante de um mundo hostil¹².

Contudo, o apóstolo Paulo afirma que o Espírito Santo também intercede pelos santos de Deus. “E da mesma maneira também o Espírito ajuda as nossas fraquezas; porque não sabemos o que havemos de pedir como convém, mas o mesmo Espírito intercede por nós com gemidos inexprimíveis. E aquele que examina os corações sabe qual é a intenção do Espírito; e é ele que segundo Deus intercede pelos santos” (Rm 8.26-27). Neste caso, o ministério do Espírito implica no auxílio prestado aos cristãos nas orações, visto à fraqueza

¹¹ SPROUL, R. C. *O ministério do Espírito Santo*. São Paulo: Cultura Cristã, 2002, p. 150.

¹² (STOTT, 2011)

dos mesmos em se dirigirem a Deus. Esta ação do Espírito Santo é essencial, pois Ele exprime com clareza a Deus-Pai quais são as suas reais necessidades. Portanto, a distinção entre estes dois **παρακλητος**, Cristo e o Espírito Santo, manifesta-se em que “Cristo, nosso Cabeça Santo, estando ausente de nós, intercede fora de nós; o Espírito Santo, nosso consolador, intercede em nosso próprio coração que ele escolheu como seu templo¹³”, implicando numa dupla intercessão divina em favor dos crentes, como comenta Willian Hendriksen:

Romanos 8 ensina que os crentes possuem dois intercessores: o Espírito Santo e Cristo. Cristo efetua sua tarefa intercessória no céu (Rm 8.34; Hb 7.25; 1 Jo 2.1); o Espírito Santo, na terra. A intercessão de Cristo se dá fora de nós; a do Espírito Santo, dentro de nós, ou seja, em nosso coração (Jo 14.16-17). Cristo ora para que os méritos de sua obra redentiva sejam plenamente aplicados aos que nele confiam. O Espírito Santo ora para que as necessidades profundamente ocultas de nosso coração, necessidades que nós mesmos desconhecemos, sejam satisfeitas. A intercessão de Cristo pode ser comparada com a de um pai, líder da família, em prol de todos os membros da família. A intercessão do Espírito Santo nos lembra, antes, a de uma mãe ajoelhada ao lado do berço de seu filhinho enfermo apresentando, em sua oração, as necessidades do filho diante do Pai celestial¹⁴.

Desta maneira, a função de Jesus Cristo como o nosso advogado é tão extraordinária que não deve ser desmerecida pelo hábito de atribuir o ofício da consolação somente ao Santo Espírito. “O Paracleto é Jesus Cristo. O papel de Jesus, como Paracleto, é

¹³ KUYPER, Abraham. *A obra do Espírito Santo*. São Paulo: Cultura Cristã, 2011. P. 634.

¹⁴ HENDRIKSEN, Willian. *Comentário do Novo Testamento: Romanos*. São Paulo: Cultura Cristã, 2011. p 351

vitalmente importante em seu ministério terreno. O Espírito Santo assumiu o título de ‘outro Paracleto’, em face da ausência de Jesus”¹⁵.

Jesus é o primeiro **παρακλητος** vindo ao mundo e a sua obra intercessora não deve ser vista como terminada, devido ao fim do seu ministério terreno, mas compreendida como algo imensamente maior que está associado ao seu sacrifício expiatório, como comenta Louis Berkhof:

É evidente que a obra intercessória de Cristo não pode ser dissociada do seu sacrifício expiatório, que compõe a sua base necessária. É apenas a continuação da obra sacerdotal de Cristo, levada adiante até completar-se. Comparando com a obra sacrificial de Cristo, o seu ministério de intercessão recebe diminuta atenção. Mesmo nos círculos mais fiéis ao Evangelho muitas vezes a impressão dada, embora talvez não intencionalmente, é a de que a obra realizada pelo Salvador na terra foi muito mais importante que os serviços prestados no céu. [...] O ponto fundamental que se deve lembrar é que o ministério da intercessão não deve ser dissociado da expiação, desde que ambos são apenas dois aspectos da mesma obra redentora de Cristo, e se pode dizer que os dois ministérios se fundem num só¹⁶.

Dessa forma, existe uma inter-relação entre a intercessão de Cristo e a sua expiação. A sua função como **παρακλητος** está ligada diretamente a sua obra propiciatória. João relembra a ação mediadora do sumo sacerdote no Antigo Testamento, especificamente na festa religiosa chamada *Yom Kipur*, ocasião em que o sumo sacerdote adentrava o Santo dos Santos tendo nas mãos um incensário e uma tigela contendo o sangue de um animal sacrificado, a fim de interceder pelo povo pedindo perdão a Deus, como ressalta Frank Thielman:

¹⁵ SPROUL, 2002, p. 150

¹⁶ BERKHOF, 2009, p. 370

O presbítero faz isso ao relembrar seus leitores da convicção dos cristãos primitivos de que a morte de Jesus era o cumprimento do ritual do dia da propiciação, o ritual mais importante e mais solene do sistema sacrificial de Israel. Nele apenas o sumo sacerdote, e apenas nessa única ocasião, passava para trás da cortina que ficava na frente do local mais sagrado do templo e ali aspergia o sangue do novilho e do bode sacrificados sobre a ‘frente da tampa’ e depois ‘diante da tampa’ (hilastêrion) que ficava em cima da arca da aliança (Lv 16.6, 9, 11, 14,15). O sumo sacerdote também, como parte desse ritual, confessava ‘todas as iniquidades e rebeliões’ dos israelitas (16.21). O propósito do ritual era fazer propiciação pelo sumo sacerdote para a purificação de seus pecados, de sua família e de toda a nação de Israel (16.6, 16A, 30). Era o sangue, conforme o texto afirma que efetuava a propiciação (17.11).¹⁷

Consequentemente, manifesta-se a relevância sacrificial do sangue de Jesus na função de Sumo Sacerdote ao oferecer um holocausto distinto das ofertas sacrificiais do Velho Testamento. O objetivo daqueles sacrifícios era preparar a nação israelita para a vinda do Ungido do Senhor, simbolizando o sacrifício maior que seria consumado por Ele na cruz.

Esse sacrifício foi singular, pois é um holocausto definitivo e perfeito, de maneira que os outros sacrifícios são desnecessários, porquanto por meio da obra de Cristo, Deus realizou de uma vez por todas a reconciliação com os pecadores, perdoadando-os dos seus erros. Uma das exigências dos sacrifícios do Antigo Testamento era que as ofertas não deveriam possuir defeito algum. Esta pretensão era um símbolo da perfeição encontrada na vida de Cristo Jesus. Ele foi

¹⁷ THIELMAN, Frank. *Teologia do Novo Testamento: uma abordagem canônica e sintética*. São Paulo: Shedd Publicações, 2007, p. 659.

achado em extrema justiça, por isso João expressa que como nosso **παρακλητος** ele também é “**Ἰησοῦν Χριστὸν δίκαιον**” (Jesus Cristo, o justo). A justiça de Cristo foi algo determinante para a obra expiatória que Ele realizou, pois à semelhança dos holocaustos veterotestamentários, se tivesse um defeito (pecado) estaria inapto para se sacrificar em prol de outro.

O caráter perfeito e puro de Jesus implica numa vida de total justiça diante de Deus. Ele é o justo que veio morrer pelos injustos. Cristo sacrificou-se e por sua obra justificou a muitos, apaziguando a ira divina e reconciliando-os com o próprio Deus. Ele substituiu os homens pecadores e por meio da expiação Cristo satisfaz as exigências da lei, de modo que nenhuma acusação legal pode ser feita com justiça contra aqueles pelos quais ele pagou o preço¹⁸.

O aspecto da expiação de tornar um indivíduo justo por meio da justiça de Cristo chama-se Justificação. “A justificação pode ser definida como o ato gracioso de Deus pelo qual ele declara justos os pecadores crentes, na base da justiça de Cristo que lhe é creditada, perdoadando os seus pecados”¹⁹. Esse conceito implica no cumprimento judicial da lei mediante a obra de Cristo, sendo parte indissociável da intercessão que Ele realiza pelos cristãos.

¹⁸ BERKHOF, 2009.

¹⁹ HOEKEMA, Anthony A. *Salvos pela graça: A doutrina bíblica da salvação*. São Paulo: Cultura Cristã, p. 172.

A justificação tem uma natureza que se desenvolve em dois aspectos na obra de Cristo. O conceito passivo e ativo da justiça de Cristo que são imputados àqueles que são justificados por Ele. A justificação passiva corresponde ao perdão dos pecados, correspondendo à transformação do relacionamento judicial daqueles que são justificados por Cristo diante de Deus. O homem pecador é tido por inocente perante as acusações recebidas pelo seu pecado original e por não cumprir a Lei. Deus perdoa seus pecados baseado da obra de Jesus Cristo na cruz. O sacrifício expiatório de Jesus constitui o fundamento dessa absolvição. Sem Ele, o homem pecador continua condenado em seus delitos e iniquidades, sendo totalmente passível de reprovação eterna.

No entanto, Cristo relacionou-se penalmente com a lei com o propósito de receber as implicações da lei no lugar dos homens, substituindo-os no Calvário. O aspecto da sua obediência representa o cumprimento da penalidade do pecado mediante os seus sofrimentos e morte, cancelando o débito que era contra o pecador. Isso significa que, mediante a justiça imputada de Cristo, ele pode ser declarado justo ao lado do próprio Cristo²⁰.

Por sua vez, a justificação ativa representa tudo o que Cristo fez para cumprir a lei e poder se sacrificar em prol dos homens. “A obediência ativa de Cristo foi necessária para tornar aceitável a Deus

²⁰ HOKOEMA, 2011

a sua obediência passiva, isto é, para fazer dela objeto de beneplácito de Deus”²¹. É por intermédio da justificação ativa de Cristo aplicada ao homem pecador que esses ficam livres da lei como condição para a vida eterna. A morte de Cristo não trouxe somente uma neutralidade moral quanto ao pecado original, mas também concedeu justiça positiva na qual a Lei não representa o meio pelo qual o homem pode receber a salvação. Jesus obedeceu toda a Lei no decorrer de sua vida, de maneira que os méritos de sua perfeita obediência são atribuídos aos indivíduos, os quais Ele justifica como comenta Wayne Grudem:

Se Cristo tivesse conseguido só o perdão dos pecados por nós, não mereceríamos o céu. Nossa culpa teria sido removida, mas estaríamos simplesmente em posição de Adão e Eva antes de terem feito qualquer coisa boa ou má e antes de terem passado um tempo de provação com sucesso. Para serem estabelecidos em justiça para sempre e terem assegurada a sua eterna comunhão com Deus, Adão e Eva tinham de obedecer a Deus de modo perfeito por um período de tempo. Então, Deus teria olhado para sua obediência fiel com prazer e deleite, e eles teriam vivido em comunhão com o Senhor para sempre. Por essa razão, Cristo tinha de viver uma vida de perfeita obediência a Deus a fim de que pudesse obter a justiça por nós. Ele tinha de obedecer à lei ao longo de toda a sua vida por nós, de modo que os méritos de sua perfeita obediência fossem contados em nosso favor²².

Por fim, estes dois aspectos aplicados à vida do homem redimido constituem parte dos benefícios relacionados ao ato intercessor de Cristo, pois são bênçãos outorgadas somente àqueles que reconhecem a Jesus como o seu Sacerdote e Senhor. Ele é o perfeito sacerdote contra o qual não há pecado algum. Por ser o “**Ἰησοῦν Χριστόν**

²¹ BERKHOF, 2009, p. 349

²² GRUDEM, Wayne. *Teologia Sistemática*. São Paulo: Vida Nova, 1999. P. 473

δικαιον”, Jesus pode exercer o perfeito papel de παρακλητος representando e ganhando a causa de qualquer um pela qual vier a interceder.

2.2. A abrangência do sacrifício de Cristo

A última parte do versículo de 1 João 2.2 afirma: “e não somente pelos nossos, mas também pelos de todo o mundo”. Nessa passagem João aborda a extensão do ato expiatório de Cristo, na qual é debatido se essa seria uma base bíblica para o universalismo soteriológico, pois aparentemente “essa declaração de João parece contradizer outros textos bíblicos que declaram que Cristo morreu com o propósito de pagar os pecados somente do seu povo”²³.

Sem dúvida, Jesus veio em busca dos perdidos (Lc 19.10). Entretanto, qual a abrangência do seu sacrifício? João estaria realmente advogando que os méritos sacrificiais de Jesus se aplicariam a todas as pessoas? Seria o universalismo uma doutrina bíblica?

As Escrituras são claras em fazer a distinção entre o povo santificado de Deus e os ímpios, sendo que isto pode ser percebido na teologia joanina. “Eu rogo por eles; não rogo pelo mundo, mas por aqueles que me deste, porque são teus” (Jo 17.9). Nesse texto Jesus intercede exclusivamente por aqueles que lhes foram dados pelo Pai,

²³ LOPES, 2004, p. 48

por estes Ele entrega a sua vida. Tal reflexão leva a considerar a redenção num campo particular e não universal.

Assim, o esclarecimento de textos como o de 1 Jo 2.2 pode ser feito a partir de uma compreensão exegética da palavra “**κόσμος**” (mundo), pois a concepção desta palavra implicará na delimitação do alcance do ato propiciatório de Cristo. O termo **κόσμος** biblicamente pode ter vários significados. Pode-se destacar isto a partir de uma simples análise de João 1.10 que diz: “Estava no mundo [**κόσμῳ**], e o mundo [**κόσμος**] foi feito por ele, e o mundo [**κόσμος**] não o conheceu”. Neste texto, o vocábulo mundo é empregado três vezes, mas com significados diferentes. “[Nesta passagem] ‘mundo’ significa, em primeiro lugar, a terra habitável; em segundo lugar, o planeta terra; e, em terceiro lugar, alguns homens da terra”²⁴, levando a conclusão de que nem sempre a utilização do termo **κόσμος** na Bíblia significa todas as pessoas da terra.

As várias possibilidades interpretativas de **κόσμος** e suas variantes expõem a necessidade de avaliarmos textos semelhantes a 1 Jo 2.2. com o máximo cuidado, pois a simples expressão “mundo” nem sempre implicará que o sentido atribuído será da totalidade de pessoas do planeta terra. O uso indevido da palavra **κόσμος** como evidência bíblica de uma expiação universal torna-se um conceito racionalmente inconcebível, pois se Jesus Cristo realmente se sacrificou por todas as

²⁴ OWEN, John. *Por quem Cristo morreu?* São Paulo: PES, 2011, p. 79.

peças da terra, o débito delas para com Deus estaria saldado e a ira divina teria sido aplacada. Porém esta realidade não é coerente, visto que somente aqueles que confessam a Cristo como Senhor e Salvador escapam da ira de Deus, os demais homens irão pagar pelos seus pecados eternamente.

Alguns teólogos aventuram-se a defender que a Bíblia apresenta o ato expiatório de Cristo como sendo feito por todos os homens, considerando uma expiação universal, na qual os méritos do sacrifício de Cristo seriam aplicados somente aos eleitos pela atuação do Espírito Santo. Apoiando este conceito, Strong defende:

As Escrituras apresentam a expiação como tendo sido feita para todos os homens e como suficiente para a salvação de todos. Portanto, o que é limitado não é a expiação, mas a sua aplicação por intermédio da obra do Espírito Santo. Apoiados nesse princípio de uma expiação universal, porém com sua aplicação aos eleitos, devemos interpretar passagens como Efésios 1.4-7; 2Timóteo 1.9,10; João 17.9, 20, 24, declarando uma eficácia especial à expiação no caso dos eleitos também passagens como 2 Pedro 2.1; 1 João 2.2; 1 Timóteo 2.6; 4.10; Tito 2.11 declarando que a morte de Cristo é para todos²⁵.

Embora Strong esteja certo em afirmar que a expiação de Cristo seria suficiente para a salvação de todos, ele está equivocado ao defender que a expiação é universal. Porquanto, defender esta ideia implica que o sacrifício de Cristo torna possível a toda e qualquer pessoa apenas salvar-se pela fé, mas não garante que ninguém será

²⁵ STRONG, Augustus Hopkins. *Teologia sistemática*. Vol. 2. São Paulo: Hagnos, 2007, p. 1360.

salvo, pois não há uma ligação direta entre a expiação e a vida eterna.

Discordando desta ideia, Louis Berkhof comenta:

Se disser, como alguns dizem que a expiação foi universal, mas que a aplicação dela é particular; que Cristo tornou a salvação possível para todos, mas de fato salva apenas um limitado número de pecadores, dever-se-á mostrar que há uma inseparável ligação entre a aquisição e a real dádiva da salvação. A Bíblia ensina claramente que a finalidade e o efeito da obra expiatória de Cristo não consistem apenas em tornar possível a salvação, mas, sim, em reconciliar Deus com o homem e dar aos homens efetiva posse da salvação eterna, uma salvação que muitos não conseguem obter, Mt 18.11; Rm 5.10; 2Co 5.21; Gl 1.4; 3.13; Ef 1.7²⁶.

O texto supracitado informa a ligação entre expiação e salvação.

Essa dinâmica está relacionada ao ato intercessório de Cristo, de forma que a atuação de Jesus como *παρακλήτος* denota uma expiação particular, pois Ele intercede somente por aqueles que propiciou. As evidências sobre a redenção particular podem ser encontradas nos escritos paulinos: “Cristo amou a igreja, e a si mesmo se entregou por ela” (Ef 5.25); na teologia lucana: “[...] para apascentardes a igreja de Deus, que ele [Jesus] resgatou com seu próprio sangue (At 20.28,) e nos textos joaninos: “eu [Jesus] sou o bom Pastor, e conheço as minhas ovelhas, e das minhas sou conhecido [...] e dou a minha vida pelas ovelhas” (Jo 10.14-15). Estas passagens declaram claramente que Cristo deu sua vida por um grupo em particular; Ele sacrificou-se por sua igreja. Esta verdade pode ser percebida desde os símbolos

²⁶ (BERKHOF, 2009, p. 364)

sacrificiais veterotestamentários que apontavam para o sacrifício de Cristo de maneira particular, como comenta Charles Hodge:

[...] [No Antigo Testamento] O sumo sacerdote intercedia por todos aqueles pelos quais oferecia sacrifício. Um serviço não ia além do outro. Ele levava em seu peito os nomes das doze tribos. Ele as representava em sua aproximação de Deus. Oferecia sacrifícios pelos pecados deles no grande dia da expiação, e intercedia por eles, e por ninguém mais. O sacrifício e a intercessão se mantinham unidos. O que era certo no que diz respeito aos sacerdotes aarônicos, é certo no que diz respeito a Cristo. Os primeiros, nos informam, eram tipos do último. As funções de Cristo como sacerdote estão unidas de maneira semelhante. Ele intercede por todos aqueles por quem ofereceu em sacrifício. Mas ele mesmo diz expressadamente: ‘Não rogo pelo mundo, mas por aqueles que me deste’ (Jo 17.9). E o Pai sempre lhe ouve; e por isso não se pode presumir que ele interceda por quem realmente não recebe os benefícios de sua redenção²⁷.

Sendo assim, o universalismo deve ser considerado uma heresia, uma ideia bíblicamente inaceitável. Ao analisarmos 1 João 2.2, alguns erros interpretativos podem ser evitados a medida que se questiona o texto. Por exemplo, a quem João estava escrevendo? A igreja. “João foi um apóstolo dos Judeus (Gl 2.9). [...] O contraste que João faz entre ‘nós’ e o ‘mundo’ deixa claro que ele escreve àqueles que, como ele mesmo era judeu”²⁸, pois o uso de uma linguagem veterotestamentária seria melhor compreendida por uma comunidade cristã que havia advindo do judaísmo. Dessa forma, João enfatiza o alcance da expiação realizada por Cristo. Ele não morreu somente pelos pecados dos judeus, “[...] mas também pelos de todo o mundo” (1 Jo 2.2),

²⁷ HODGE, Charles. *Teologia sistemática*. São Paulo: Hagnos, 2001, p. 896.

²⁸ OWEN, 2011, p. 89

incluindo os dos gentios que haveriam de ser salvos por Deus. Portanto, somente um significado pode ser atribuído ao termo **κοσμου** nessa passagem. É o que traduz a ideia de tribos e nações como um todo, como afirma James Montgomery Boice ao comentar o texto de 1 João 2.2:

[...] Se João, como judeu, está realmente pensando sobre o sacrifício propiciatório como era praticado em Israel, em particular no Dia do perdão – e como não poderia? – então pode ser sobre ele mesmo e outros judeus, em oposição aos gentios, que usou a palavra ‘nossos’ nessa frase. O contraste seria, então, não entre cristãos e o mundo não salvo, mas entre aqueles judeus por quem Cristo morreu e aqueles gentios por quem Cristo morreu, ambos que agora formam ou viriam a formar a Igreja. Esse uso do pronome na primeira pessoa do plural não é impossível, já que João o utilizou em diversos sentidos diferentes até aqui. Segundo essa visão, o que João deseja dizer é que Jesus cumpriu um padrão estabelecido pelos sacrifícios do Antigo Testamento, mas o que o fez de tal modo que tanto os gentios quanto os judeus são salvos. Isso é uma maravilha e causa de grande louvor [...]²⁹.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A teologia acerca de Cristo compõe o cerne de todo o labor escriturístico da primeira missiva de João. É perceptível que Jesus – o **παρακλητος** celestial, a propiciação pelos pecados dos santos de Deus – foi de fato um indivíduo singular em toda a história da humanidade, por ser ao mesmo tempo homem e Deus. Na teologia joanina, os méritos de Cristo possuem implicações que O qualificaram como “Justo” diante de Deus e que devido à sua natureza moral tem a garantia de que a sua intercessão como **παρακλητος** será bem

²⁹ BOICE, 2011, p. 49-50

sucedida. Ele perdoa e purifica os homens redimidos por meio do ato propiciatório que consumou na cruz. Sua intercessão iniciou-se na terra e estende-se até a morada celestial, onde Ele advoga os cristãos perante o Pai. Ele é o divino **παρακλητος**, o advogado de defesa que por seus méritos absolve aqueles por quem intercede. Para João, Deus revelou-se em Cristo, porquanto Este é o Deus encarnado e os salvos O professam como Senhor e Salvador que por amor encarnou-se em forma de homem e sacrificou-se a fim de redimir para si seu povo.

O apóstolo João tem a plena certeza de que a perspectiva apostólica sobre Cristo é a verdade divina que irá conduzir o homem pecador à salvação, pois o Cristo encarnado que intercede e propicia o povo de Deus é o método estabelecido pelo próprio Deus para livrar o homem da sua ira e da condenação do inferno. Portanto, não reconhecer o sacrifício de Jesus a ponto de negá-lo, não lhe dando a devida honra e fé, é um fator que demonstra o nosso distanciamento do Senhor do universo. Porquanto na negação de Cristo, declaramos ter uma melhor forma de estabelecer uma conexão com Deus que supera a barreira do pecado. Todavia, esta condição é inaceitável, visto que apenas pela graça divina podemos ser reconduzidos aos caminhos de Deus, sendo Jesus a ponte de graça que nos reconecta aos planos do Altíssimo, nos alinhando a vontade do Pai.

A igreja primitiva exortada pelo testemunho apostólico reconhecia essa total dependência dos méritos cristológicos para ser

aceita perante Deus. A comunidade cristã não era um grupo ascético que vivia uma religiosidade humana que almejava pelas boas obras estabelecer meios para a salvação a fim de ganhar o favor divino, mas pelo contrário, confiantes em Cristo eles buscavam Deus manifestando o entendimento de que os seus pecados foram perdoados em Jesus pelo seu sacrifício expiatório na cruz. Ou seja, a vida da igreja do primeiro século estava imbuída da dependência no sacrifício de Jesus e todas as vezes que estes se distanciaram desta verdade foram repreendidos pelos apóstolos. Portanto, qualquer comunidade que se intitula cristã e nega a Cristo e os méritos da sua obra vicária, contraria as Escrituras e não pode ser considerada uma comunidade da aliança.

Em vista dos argumentos apresentados, conclui-se que a cristologia de João em sua primeira epístola possui verdades essenciais à fé cristã e estas não devem ser negligenciadas, visto que são verdades divinas e dignas de intensa proclamação por parte da igreja. A comunidade cristã deve anunciá-las com a certeza de que estão proclamando as verdades a respeito do Filho de Deus que se encarnou a fim de salvar o seu povo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERKHOF, Louis. *Teologia Sistemática*. São Paulo: Cultura Cristã, 2009.
- BÍBLIA SAGRADA. *Versão Corrigida e Fiel de João Ferreira de Almeida*. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2007.
- BOICE, James Montgomery. *As epístolas de João*. Rio de Janeiro: CPAD, 2011.
- GRONINGEN, Gerard Van. *Revelação messiânica no Antigo Testamento: A origem divina do conceito messiânico e o seu desdobramento progressivo*. São Paulo: Cultura Cristã, 2003.
- GRUDEM, Wayne. *Teologia Sistemática*. São Paulo: Vida Nova, 1999.
- HENDRIKSEN, Willian. *Comentário do Novo Testamento: Romanos*. São Paulo: Cultura Cristã, 2011.
- HOEKEMA, Anthony A. *Salvos pela graça: A doutrina bíblica da salvação*. São Paulo: Cultura Cristã, 2011.
- HODGE, Charles. *Teologia sistemática*. São Paulo: Hagnos, 2001.
- KUYPER, Abraham. *A obra do espírito santo*. São Paulo: Cultura Cristã, 2011.
- LOPES, Augustus Nicodemus. *Interpretando o Novo Testamento: Primeira carta de João*. São Paulo: Cultura Cristã, 2004.
- OWEN, John. *Por quem Cristo morreu?* São Paulo: Pes, 2011.
- SPENCER, Duane Edward. *TULIP: Os cinco pontos do calvinismo*. São Paulo: Casa editorial presbiteriana, 1992.
- SPROUL, R. C. *O ministério do Espírito Santo*. São Paulo: Cultura Cristã, 2002.
- STOTT, John R. W. *1, 2, e 3 João: introdução e comentário*. São Paulo: Vida Nova, p. 69.
- STRONG, Augustus Hopkins. *Teologia sistemática*. Vol. 2. São Paulo: Hagnos, 2007.
- TAYLOR, William Carey. *Dicionário do novo testamento grego*. Rio de Janeiro: JUERP, 1991, p. 220.
- THIELMAN, Frank. *Teologia do Novo Testamento: uma abordagem canônica e sintética*. São Paulo: Shedd Publicações, 2007.